



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**  
**Gerência de Licitações e Contratos**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90005/2026**

**CONTRATANTE (UASG): 392701**

**OBJETO:** Aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** Sigiloso

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 29/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço

**MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

(Processo Administrativo nº 133.00000046/2026-33)

Torna-se público que a **Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, sediada na R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 05411- 000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.** A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI.

**3.5.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1.** A participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos

arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

**3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.6.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.7.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou

representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.8.** O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10.** Não será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação.

**3.11.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.11.1.** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

**4.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**4.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**4.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.5.** Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.4.6.** O licitante organizado em deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.5.** A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos

licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total do item;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.1.4.** Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**5.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do

art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**5.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias , a contar da data de sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser: item 01 – R\$ 4.500,00; item 02 – R\$ 10.000,00; e item 03 – R\$ 2.000,00.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**6.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.11.2.** Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.3.** No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.11.4.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o



sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.2.** A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

**6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.5.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**6.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

**6.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

**6.19.2.2.** empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

**6.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**6.21.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** Sicaf;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**7.1.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

**7.1.7.** Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

**7.2.** Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**7.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

**7.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**7.8.** Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.10.1.** O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.11.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**7.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

**8.1.2.** Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.1.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.7.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

**8.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa](#)

SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.8.1.** A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**8.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.10.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

**8.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

**8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do



licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

**8.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**8.15.1.** Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**8.16.** A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



- 11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [HTTPS://PORTAL.SEI.SP.GOV.BR/SEI](https://portal.sei.sp.gov.br/sei).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.5.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**12.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.6.1.** recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

**12.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**12.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

**12.1.12.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

**12.2.** Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** advertência;

**12.2.2.** multa;

**12.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento).

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para a infração descrita no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para as infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descritas no item 12.1.7, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no item 12.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvada a inexecução parcial que não resulte em grave dano à Administração, à qual será aplicada a sanção de advertência.

**12.4.1.** A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

**12.6.** Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.9.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**12.13.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.14.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.16.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

**12.17.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou,

quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.19.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

**12.20.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [COMPRAS@ARSESP.SP.GOV.BR](mailto:COMPRAS@ARSESP.SP.GOV.BR).

**13.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

**13.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico [WWW.ARSESP.SP.GOV.BR](http://WWW.ARSESP.SP.GOV.BR), sem

informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**13.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**13.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**14.2.** A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

**14.2.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

**14.2.1.1.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**14.2.1.2.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**14.2.1.3.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

**14.2.1.4.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros

especificados no item 7.1 deste Edital.

**14.2.1.5.** Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

**14.2.1.5.1.** a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

**14.2.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.2.1.** O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

**14.2.2.2.** O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

**14.2.2.3.** Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

**14.3.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**14.5.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.8.** Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

**14.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**14.11.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**14.11.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.12.** Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

**14.13.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**14.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [WWW.ARSESP.SP.GOV.BR](http://WWW.ARSESP.SP.GOV.BR).

**14.15.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**14.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**14.16.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**14.16.2.** ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

**14.16.3.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

**14.16.4.** ANEXO III – Modelo referente a planilha de proposta;

**14.16.5.** ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

**14.16.6.** ANEXO V TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR;

**14.16.7.** ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação ao TCE-SP;

**14.16.8.** ANEXO VII - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.

São Paulo, na data da assinatura digital

**Diego Allan Vieira Domingues**  
Diretor-Presidente



# ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA



UASG 392701

ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP

### Termo de Referência 1/2026

#### Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em  
1/2026 392701-ESP-AG. REGUL. SERV. PUB. DO ESTADO DE SP PAULO DA SILVA 15/04/2026 17:04 (v 0.17)  
Status  
ASSINADO

#### Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo  
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC 133.00000046/2026-33

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Microcomputadores Desktops e Notebooks com garantia e suporte técnico on-site**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT	BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1 <b>Microcomputador Desktop</b> (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618577	6450334	Unidade	44
2 <b>Notebook Avançado</b> (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	482463	5236002	Unidade	100
3 <b>Notebook Plus</b> (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618642	5853923	Unidade	18

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observado o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, contados do(a) **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1 de 33

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no(s) seguinte(s) excerto(s) do estudo técnico preliminar:

*"A presente proposta se justifica, conforme o DFD 34/2025, pela necessidade de disponibilização de recursos de TI suficientes para a execução das atividades-fins e atividades-meio da Agência, bem como modernização do parque tecnológico da ARSESP em virtude da defasagem técnica dos atuais equipamentos, vida útil já exaurida das máquinas e pelo encerramento da garantia e suporte dos atuais equipamentos.*

*A proposta aquisição objetiva, ainda, o alinhamento tecnológico necessário para atender as demandas atuais e futuras decorrentes da promulgação da Lei Complementar nº 1.413 de 23/09/2024 (novo regime jurídico das Agências Reguladoras estaduais), Decreto nº 69.339 de 04/02/2025 (diretrizes para a organização das Agências, incluindo a ARSESP) e Deliberação ARSESP nº 1.650 de 12/02/2025 (alteração dos quantitativos e distribuição dos cargos comissionados da ARSESP).*

*No tocante aos Microcomputadores Desktops, mencione-se que, entre 2023 e 2024, foi providenciado o upgrade dos atuais equipamentos All-in-one, ampliando-se as memórias RAM de 8GB para 16GB, e substituindo-se os discos HD, que originalmente equipavam essas máquinas, por discos SSD, que possuem velocidades de leitura e escrita superiores. Isso ampliou a vida útil dos equipamentos e tem viabilizado a utilização destas máquinas no presente momento. Embora se encontre em andamento a proposta de uso compartilhado dos microcomputadores desktops, mediante a aquisição de software específico (Processo SEI 133.00003759/2024-97), é certo que há necessidade de disponibilização de mais máquinas, bem como configurações mais robustas.*

*No tocante aos Notebooks, que na ARSESP são predominantemente utilizados por Diretores, Superintendentes e Gerentes, encontra-se em andamento o Contrato ARSESP/DL/012/2021 (Processo SEI 133.00000284/2023-04), firmado em 29/10/2021, cujo objeto é a locação de 44 (quarenta e quatro) notebooks. Trata-se de contrato elaborado ainda sob a ótica da Lei Federal nº 8.666/93, e que se encontra sob a iminência de encerramento do prazo máximo de vigência excepcional. Ademais, o dimensionamento do quantitativo de máquinas no atual contrato encontra-se substancialmente defasado em vista da atual estrutura da Agência.*

*No tocante aos Notebooks Plus, trata-se de atender às demandas de atividades que requerem processamento de grandes massas de dados e arquivos de grande porte, solicitadas pelas Diretorias, Superintendências e Gerências da Agência." (tópico 4 "Necessidades de Negócio" do Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 01/2026)*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **02538438000153-0-000002/2026**;

II) Data de publicação no PNCP: **30/06/2025**;

III) Id do item no PCA: [...];

IV) Classe/Grupo: [...];

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

#### 3.1. MICROCOMPUTADOR DESKTOP

Características mínimas obrigatórias:

##### 3.1.1 *Motherboard*

###### 3.1.1.1 Deverá implementar:

3.1.1.1.1 Função de registro de número de patrimônio em memória não volátil;

3.1.1.1.2 Implementar mecanismo de proteção de gravação de número do patrimônio;

3.1.1.1.3 Controle de permissão de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para ter acesso aos recursos de administração de BIOS;

###### 3.1.1.2 Controladoras de discos rígidos SATA e M.2:

3.1.1.2.1 Deverá possuir controladora Serial ATA (SATA) integrada padrão SATA III de 6GB/s com capacidade de suportar no mínimo 01 (um) dispositivos;

3.1.1.2.2 Deverá possuir suporte a unidades de disco HDD e SSD;

3.1.1.2.3 1 (um) ou mais dispositivos padrão M.2 PCIe (para disco SSD – Solid State Drive);

###### 3.1.1.3 Controladora USB com suporte a dispositivos externos:

3.1.1.3.1 4 (quatro) portas USB versão 3.2, sendo ao menos 1 no padrão Type-C.

###### 3.1.1.4 Controladora de áudio:

3.1.1.4.1 1 (uma) saída estéreo;

3.1.1.4.2 1 (uma) entrada de microfone;

3.1.1.4.3 Ambas podem ser ofertadas numa só interface de áudio composto que permita uso simultâneo de entrada de microfone e saída estéreo (combo);

###### 3.1.1.5 Capacidade mínima de expansão para 64 GB de memória RAM;

###### 3.1.1.6 Conectores de Vídeo VGA ou DP e HDMI.

###### 3.1.1.7 Módulo TPM (Trusted Platform Module) para criptografia das chaves do sistema:

3.1.1.7.1 Deve possuir chip de segurança TPM integrado na placa mãe na versão 2.0 ou superior, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, sendo aceito BitLocker do Sistema Operacional Windows 11 Pro ou através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM. Não sendo aceito soluções através firmware, softwares ou virtuais;

###### 3.1.1.8 Chipset:

3.1.1.8.1 Deverá ser do mesmo fabricante do processador;

3.1.1.8.2 Deverá suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador ofertado;

3.1.1.8.3 Operar com dois canais simultâneos (Dual Channel);

###### 3.1.1.9 BIOS:

3.1.1.9.1 Deverá estar em conformidade como Padrão UEFI na versão 2.6 ou superior ([uefi.org/specsandtesttools](http://uefi.org/specsandtesttools) ou endereço que o venha substituir);

3.1.1.9.2 O FABRICANTE deve ser registrado na 'Membership List' do Unified Extensible Firmware Interface Forum, acessível pelo website [www.uefi.org/members](http://www.uefi.org/members), ou endereço que o venha substituir, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI;

3.1.1.9.3 Deverá ser desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos (COPYRIGHT) sobre esta BIOS, ou a declaração do FABRICANTE do equipamento informando que a BIOS possui livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim manutenção (adaptações, correções) do equipamento adquirido;

3.1.1.9.4 Deverá prover suporte à SMBIOS, ACPI, atualização e configuração da BIOS;

3.1.1.9.5 Suporte do recurso PXE (Pre-boot Execution Environment) e WOL (Wake on LAN);

3.1.1.9.6 Deverá possuir interface gráfica e diagnóstico dos componentes do equipamento;

3.1.1.9.7 A data da versão da BIOS deverá ser igual ou superior a 1º de janeiro de 2025.

### 3.1.2 *Processador*

3.1.2.1 Arquitetura "desktop";

3.1.2.2 Plataforma Intel Core ou AMD Ryzen;

3.1.2.2.1 Modelos de referência:

- Processador Intel® Core™ i7 ou superior
- AMD Ryzen 7 PRO ou superior

3.1.2.2.2 Só será aceito processador lançado a partir do primeiro quadrimestre de 2024 (Q1 2024);

3.1.2.3 Dissipador e ventilador (cooler) do mesmo fabricante do processador ou homologado pelo fabricante do equipamento de acordo com as recomendações do fabricante do processador.

### 3.1.3 *Interface de Rede Interna*

3.1.3.1 Ethernet com velocidades 10/100/1000 Base-T/Tx;

3.1.3.2 Implementar as funções Wake-On-LAN (WOL) e PXE 2.0;

3.1.3.3 Auto-negotiation (suporte a negociação automática de velocidade, modo Half/full duplex e inversão de pares de TX/RX);

3.1.3.4 Conector RJ-45.

### 3.1.4 *Controladora de Vídeo*

3.1.4.1 Placa de vídeo integrada.

### 3.1.5 *Memória RAM*

3.1.5.1 DDR5, 4400 MT/s, ou superior;

3.1.5.1.1 Deverão ser providos módulos idênticos para cada canal de memória que totalizem 32 GB (2x16GB), não soldados;

3.1.5.1.2 Os pentes de memória devem ser homologados pelo fabricante do equipamento ofertado.

### 3.1.6 Unidade de Armazenamento SSD

3.1.6.1 Tecnologia M.2 PCIe NVMe;

3.1.6.2 Capacidade de armazenamento de 512 GB;

3.1.6.3 Velocidade de leitura mínima de 2.400 MB/s;

3.1.6.4 Velocidade de gravação mínima de 1.600 MB/s.

### 3.1.7 Webcam

3.1.7.1 Interface USB 2.0;

3.1.7.2 Resolução 720p 30Fps.

3.1.7.3 Megapixels da câmera: 0.9;

3.1.7.4 Campo de visão (CDV) diagonal: 55°;

3.1.7.5 Tipo de foco: fixo;

3.1.7.6 Microfone incorporado;

3.1.7.7 Alcance de microfone: Até 1 m;

3.1.7.8 Conexão: USB-A sem cabo separado para microfone;

3.1.7.9 Podendo ser integrado ao monitor;

3.1.7.10 Suporte para monitor LCD.

### 3.1.8 Gabinete

3.1.8.1 Com slot de segurança furado no próprio gabinete para tranca tipo "Kensington" que trave todas as partes do gabinete;

3.1.8.2 Sensor de intrusão com gerador de alertas. Deve também implementar a geração de logs de intrusão e gravar na BIOS;

3.1.8.3 Mínimo de 8 (oito) interfaces padrão USB, sendo no mínimo duas frontais;

3.1.8.4 Conector(es) de entrada e saída de áudio 3,5 mm, sendo aceita interface tipo combo;

3.1.8.5 Fonte interna Bivolt (110 V e 220 V):

3.1.8.5.1 Com correção de fator de potência ativo;

3.1.8.5.2 Suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos);

3.1.8.5.3 Eficiência de mínima de 90 a 92% em regime de meia carga (uso de 50% da capacidade), equivalente à certificação 80 PLUS GOLD ou PLATINUM (<https://www.clearesult.com/80plus/> ou endereço que o venha substituir), devendo constar no site o nome do fabricante e o modelo da fonte do equipamento ofertado;

3.1.8.5.4 Todas as conexões internas à placa-mãe e aos periféricos devem ser feitas diretamente, sem uso de adaptadores ou extensores;

3.1.8.5.5 Com capacidade de suportar os componentes solicitados;

3.1.8.5.6 Cabo de força NBR-14.136;

3.1.8.6 Volume máximo de 10.000 cm<sup>3</sup> (altura x largura x profundidade), ou 10 litros;

3.1.8.7 O gabinete deverá possuir em seu corpo, o modelo, o número de série e/ou etiqueta de serviço que identifique unicamente o equipamento perante o FABRICANTE. As informações deverão possibilitar acesso à configuração de fábrica, obtenção de drivers atualizados, correções de problemas, firmwares e informações de gabinete do equipamento.

### 3.1.9 *Periféricos*

3.1.9.1 Mouse ótico com resolução de 1000 dpi, 2 (duas) teclas, dispositivo de rolagem (scroll), interface USB e com mouse pad;

3.1.9.2 Teclado com Interface USB, padrão ABNT2, resistente a respingos ou derramamento acidental de líquidos;

3.1.9.3 Mouse e Teclado devem ter a logomarca do FABRICANTE no corpo de ambos os dispositivos;

3.1.9.3.1 Teclado com no mínimo 107 teclas, padrão ABNT2 com todos os caracteres da língua portuguesa;

3.1.9.3.2 O tipo de conexão deverá ser USB;

3.1.9.3.3 Teclado do mesmo fabricante do desktop, com a logomarca do fabricante do microcomputador impressa e mantendo os mesmos padrões de cores do gabinete, visando assim a padronização do parque tecnológico;

3.1.9.3.4 A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

3.1.9.3.5 Deverá ser fornecido 1 (um) mouse USB por equipamento;

3.1.9.3.6 Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;

3.1.9.3.7 Resolução de no mínimo 1000 dpi;

3.1.9.3.8 Mouse do mesmo fabricante do desktop, mantendo os mesmos padrões de cores do gabinete, visando assim a padronização do parque tecnológico;

3.1.9.4 O mouse pad pode ser de livre comercialização.

### 3.1.10 *Monitor*

3.1.10.1 LCD com dimensão de 23.8 polegadas, ou superior;

3.1.10.2 Tecnologia de iluminação LED;

3.1.10.3 Resolução nativa de 1.920 x 1.080, ou superior;

3.1.10.4 Luminância de 250 nit ou 250 cd/m², ou superior;

3.1.10.5 Entrada digital Displayport e HDMI;

3.1.10.6 Furação VESA 100x100;

3.1.10.7 Botões e controles:

3.1.10.7.1 Botão liga/desliga;

3.1.10.7.2 Botões para ajustes de brilho contraste e nitidez, independentes ou tipo "JOG" (múltiplas posições para emular as funções solicitadas);

3.1.10.7.3 Os controles podem ser auxiliados por recurso de tela (OSD);

3.1.10.8 Fonte de alimentação interna com ajuste automático de voltagem, suportando faixas de tensão de 100-240VAC em 50-60 Hz;

3.1.10.9 Pedestal:

3.1.10.9.1 Poderá ser parte integrante do monitor ou ser fornecido como kit adicional para fixação em furação padrão VESA (75 x 75 mm ou 100x100 mm);

3.1.10.9.2 Regulagem de altura de 100 mm, ou superior;

3.1.10.9.3 Regulagem de inclinação e pivot;

3.1.10.10 Deverá possuir base com suporte a rotação da tela de no mínimo 90° (Paisagem e retrato);

3.1.10.11 Cor predominante do monitor;

3.1.10.12 Para fins de atendimento da garantia do conjunto "computador + monitor", o monitor deverá ser do mesmo fabricante da desktop ou produzido em regime ODM (a empresa é responsável pela concepção do produto com todas as suas características, design, planejamento de produção e tempo de vida e, posteriormente delega a terceiro o fabrico dos equipamentos), ou seja, exclusivamente para ele, não sendo aceito modelo de livre comercialização no mercado (OEM), nem apenas personalizado com etiqueta da logomarca do fabricante do computador;

3.1.10.13 O gabinete deverá possuir em seu corpo o modelo, o número de série e/ou etiqueta de serviço que identifique unicamente o equipamento perante o FABRICANTE. As informações deverão possibilitar acesso à configuração de fábrica, obtenção de drivers atualizados, correções de problemas, firmwares e informações de garantia do equipamento.

### 3.1.11 *Certificados*

3.1.11.1 Certificação EPEAT 2019, categoria Bronze ou Certificação EPA Energy Star 7.0 ou superiores;

3.1.11.1.1 Deve estar listado na ferramenta eletrônica EPEAT (Electronical Product Environmental Assessment Tool – [www.epeat.net](http://www.epeat.net)), ou endereço que o venha substituir;

3.1.11.1.2 Caso não possua Certificado EPEAT, será aceito o Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT, site [www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto](http://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto), ou endereço que o venha substituir.

### 3.1.12 *Acessórios*

3.1.12.1 Cabo de força NBR-14.136, sem adaptações;

3.1.12.2 Cabos de vídeo:

3.1.12.2.1 Conjunto de cabos que permitam o monitor ser conectado a desktops que possuem saídas de vídeo digitais nos padrões HDMI e DisplayPort;

3.1.12.2.2 Caso necessário podem ser fornecidos conversores que permitam essas conexões;

3.1.12.3 Os cabos de força e de vídeo deverão ter no mínimo 1,5 m de comprimento.

### 3.1.13 *Manuais, drivers e acessórios:*

3.1.13.1 Fornecer todos os componentes instalados, configurados e ativados, bem como seus respectivos drivers, acessórios, adaptadores e manuais para instalação e configuração.



3.1.13.2 Todos os drivers do equipamento deverão ser homologados pela Microsoft com pacotes disponíveis para funcionamento no Microsoft Configuration Manager (SCCM), com comprovação através do site oficial da Microsoft disponível atualmente no endereço eletrônico: <https://learn.microsoft.com/en-us/mem/configmgr/sum/deploy-use/third-party-software-update-catalogs>.

#### 3.1.14 Sistema Operacional

3.1.14.1 Licença de uso do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional de 64 bits, versão em Português Brasil, em regime OEM;

3.1.14.2 Chave da licença (BIOS OEM Key) do sistema operacional Microsoft Windows deverá estar gravada na BIOS do equipamento. A comprovação será efetuada usando uma ferramenta de software que possa demonstrar esta característica, por exemplo, ProduKey v1.8 ou superior, ou endereço que o venha substituir, de licença gratuita, ou através do comando no sistema operacional `slmgr -dlv` (ou outro comando que obtenha a informação);

3.1.14.3 O Sistema Operacional licenciado deverá estar pré-instalado no equipamento, com drivers para todos os componentes fornecidos e software de gerência dos recursos do FABRICANTE e que permita realizar diagnóstico no equipamento.

#### 3.1.15 Garantia

3.1.15.1 36 (trinta e seis) meses on-site.

3.1.15.2 12 (doze) meses para webcam.

3.1.15.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar livre acesso ao site do FABRICANTE, para download gratuito, todos os drivers de dispositivos, BIOS, firmwares e softwares para o equipamento ofertado, na versão mais atual, durante o período de garantia;

3.1.15.4 Fornecer suporte técnico para equipamento ofertado, durante o período de garantia.

3.1.15.5 A empresa FABRICANTE disponibilizar um número de telefone 0800 (ou equivalente ao serviço gratuito) exclusivo, WhatsApp, Chat ou e-mail para abertura de chamados técnicos;

3.1.15.6 A abertura dos chamados técnicos deverá ser rápida de forma a evitar a passagem por scripts padronizados que demandam tempo;

3.1.15.7 O atendimento não poderá ficar limitado apenas a parte de hardware, deverá também oferecer suporte sobre o software OEM instalado em fábrica;

3.1.15.8 Deverá disponibilizar um ponto de contato único, seja através de aplicação Web, e-mail ou outra ferramenta disponibilizada pelo fabricante, para acompanhamento dos chamados técnicos, evitando que a contratante seja atendida por diversos atendentes ou meios diferentes;

3.1.15.9 Deverá disponibilizar, conforme solicitação da contratante, relatórios de chamados abertos, bem como o tempo de solução e conclusão dos chamados, para que tenha histórico dos chamados e conhecimento da base instalada;

3.1.15.10 Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE;

3.1.15.11 A empresa FABRICANTE do equipamento deverá prover assistência técnica em todo território brasileiro e deverá dispor de um número telefônico (0800) para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;



3.1.15.12 Possuir recurso disponibilizado via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

3.1.15.13 Quando houver a inclusão de extensão de garantia, com prazos de garantia estendido ou modalidade de prestação dos serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução, o LICITANTE, deverá apresentar declaração do fabricante informando os respectivos códigos/partnumbers destes serviços;

3.1.15.14 Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta comercial, declaração do FABRICANTE comprometendo-se a prestar a garantia solicitada neste edital. Esta declaração deverá ser específica para este processo licitatório.

### 3.1.16 *Certificações e requisitos de qualidade:*

3.1.16.1 O FABRICANTE deve constar como membro do Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST), confirmado via consulta ao site <https://www.first.org/members/teams/>, ou membro dos Computer Security Incident Response Team (CSIRTs) Brasileiros do Computer Emergency Response Team (CERT.BR) comprovado via declaração, ou possuir certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gerenciamento de Segurança da Informação) vigente. O FABRICANTE deverá intermediar os relatórios de vulnerabilidades junto ao CSIRTCERT. A CONTRATADA deverá disponibilizar um ou mais contatos para tratativas sobre vulnerabilidades de segurança, podendo ser através de CSIRT/CERT.

3.1.16.2 Deverá ser entregue o Certificado de Conformidade com a Portaria nº 170/2012 do Inmetro, abrangendo os ensaios de:

3.1.16.2.1 Compatibilidade com a norma IEC 60950 (Requisitos de Segurança);

3.1.16.2.2 Compatibilidade com a norma IEC 61000 (Emissão Eletromagnética e de Radiofrequência);

3.1.16.2.3 Comprovação da Eficiência Energética;

3.1.16.2.4 Possuir o Selo da Certificação dos ensaios.

3.1.16.3 Caso o equipamento ofertado tenha sido projetado para o mercado internacional, serão aceitas:

3.1.16.3.1 Certificado de Conformidade com a norma IEC 60950;

3.1.16.3.2 Certificado de Conformidade com a norma IEC 61000;

3.1.16.3.3 Certificado de consumo eficiente de energia Energy Star 7.0, ou superior.

3.1.16.4 Em relação à proteção ambiental, o equipamento ofertado deverá possuir:

3.1.16.4.1 Deverá a certificação EPEAT 2019 na categoria Bronze, ou superior, e deve estar listado na ferramenta eletrônica EPEAT (Electronical Product Environmental Assessment Tool – [www.epeat.net](http://www.epeat.net)), ou outro link que o venha substituir;

3.1.16.4.2 Caso não possua Certificado EPEAT, será aceito o Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT, site [www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto](http://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto), ou endereço que o venha substituir;

3.1.16.5 Deverá apresentar o certificado em que o FABRICANTE do equipamento é membro do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) que especifica o padrão "DMI" de gerenciamento. O FABRICANTE deverá ser membro na categoria "Board" ou "Leadership". O certificado será conferido através de acesso à página [www.dmtf.org/about/list/](http://www.dmtf.org/about/list/), ou endereço que o venha substituir.

3.1.16.6 Os equipamentos ofertados deverão estar em conformidade com as diretivas ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);

3.1.16.7 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001, devidamente comprovado através do respectivo certificado em plena validade;

3.1.16.8 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir Certificação ISO 9001:2015 em plena validade;

3.1.16.9 O modelo, do equipamento ofertado, deverá estar listado pela Microsoft no seu catálogo de produtos compatíveis e certificados "HCL" (Hardware Compatibility List) em <https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl> ou, certificados de compatibilidade do equipamento obtidos junto a Microsoft;

3.1.16.10 O equipamento deverá possuir compatibilidade com pelo menos uma distribuição Ubuntu Linux 12 ou superior homologada no site <http://www.ubuntu.com/certification/desktop/> ou através de declaração do fabricante;

3.1.16.11 Comprovação que, o(s) produto(s) ofertado(s) pertence(m) à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica;

3.1.16.12 O fabricante do equipamento, deverá ser membro da RBA (Responsible Business Alliance), antiga EICC, ou possuir Certificação válida ISO 45001, para garantia de conformidade com as questões ambientais, qualidade e segurança do bem-estar de seus funcionários e investimentos ambientais. O fabricante deverá estar relacionado no site da RBA, <http://www.responsiblebusiness.org/about/members/> ou apresentar o Certificado da ISO 45001 válido;

3.1.16.13 Deverá ser apresentada certificação Energy Star® 6.0 (ou mais atual), através do site [www.energystar.gov](http://www.energystar.gov) ou apresentar relatório técnico de ensaios de conformidade de consumo de energia, emitido por laboratório de ensaio acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do Inmetro, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025.

### 3.1.17 Requisitos de qualidade

3.1.17.1 Todos os componentes do equipamento e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

3.1.17.2 Todos os equipamentos (Desktop, teclado, mouse e monitor) ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

3.1.17.3 Deverá ser apresentada declaração do fabricante ou distribuidor informando que os produtos ofertados não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias;

3.1.17.4 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia;

3.1.17.5 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser integrados pelo fabricante, não sendo aceito a integração de componentes de hardware após o processo de fabricação para os atendimentos das exigências do edital. As caixas dos equipamentos deverão vir lacradas de fábrica;

3.1.17.5 É obrigatório a descrição completa dos equipamentos e seus componentes na proposta comercial, além do part number do equipamento, e das extensões de garantia ofertadas para o atendimento das exigências do edital.

## 3.2. NOTEBOOK AVANÇADO

Características mínimas obrigatórias:

### 3.2.1 Motherboard:

#### 3.2.1.1 Deverá implementar:

3.2.1.1.1 Função de registro de número de patrimônio em memória não volátil

3.2.1.1.2 Implementar mecanismo de proteção de gravação de número do patrimônio;

3.2.1.1.3 Controle de permissão de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para ter acesso aos recursos de administração de BIOS;

3.2.1.2 Controladoras de discos rígidos M.2:

3.2.1.2.1 1 (um) ou mais dispositivos padrão M.2 PCIe (para disco SSD – Solid State Drive);

3.2.1.3 Controladora USB e HDMI com suporte a dispositivos externos:

3.2.1.3.1 2 (duas) ou mais interfaces no padrão USB 3.2 Tipo A ou superior;

3.2.1.3.2 1 (uma) ou mais interfaces no padrão USB 3.2 Tipo C, ou superior;

3.2.1.3.3 A soma de todas as interfaces USB deverá permitir conectar 3 (três) ou mais dispositivos diretamente;

3.2.1.3.4 1 x HDMI 1.4 ou superior.

3.2.1.4 Controladora de áudio:

3.2.1.4.1 1 (uma) saída estéreo;

3.2.1.4.2 1 (uma) entrada de microfone;

3.2.1.4.3 Ambas podem ser ofertadas numa só interface de áudio composto que permita uso simultâneo de entrada de microfone e saída estéreo (combo);

3.2.1.4.4 Com microfone interno e alto-falantes embutidos;

3.2.1.5 Capacidade mínima de expansão para 32 GB de memória RAM

3.2.1.6 Interface wireless integrada:

3.2.1.6.1 Placa de rede Wireless padrão 802.11 AX (2x2)

3.2.1.6.2 Suporte a tecnologia MU-MIMO;

3.2.1.7 Interface Bluetooth 5.1, ou superior;

3.2.1.8 Módulo TPM (Trusted Platform Module) para criptografia das chaves do sistema:

3.2.1.8.1 Deve possuir chip de segurança TPM integrado na placa mãe na versão 2.0 ou superior, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, sendo aceito BitLocker do Sistema Operacional Windows 11 Pro ou através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM. Não sendo aceito soluções através firmware, softwares ou virtuais;

3.2.1.9 Chipset:

3.2.9.1 Deverá ser do mesmo fabricante do processador;

3.2.9.2 Deverá suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador ofertado;

3.2.1.10 BIOS:

3.2.1.10.1 Deverá estar em conformidade como Padrão UEFI na versão 2.7 ou superior ([uefi.org/specsandtesttools](http://uefi.org/specsandtesttools) ou endereço que o venha substituir);

3.2.1.10.2 O FABRICANTE deve ser registrado na "Membership List" do Unified Extensible Firmware Interface Forum, acessível pelo website [www.uefi.org/members](http://www.uefi.org/members), ou endereço que o venha substituir, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI;

3.2.1.10.3 Deverá ser desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos (COPYRIGHT) sobre esta BIOS, ou a declaração do FABRICANTE do equipamento informando que a BIOS possui livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim manutenção (adaptações, correções) do equipamento adquirido;

3.2.1.10.4 Deverá prover suporte à SMBIOS, ACPI, atualização e configuração da BIOS;

3.2.1.10.5 Suporte do recurso PXE (Pre-boot Execution Environment) e WOL (Wake on LAN);

3.2.1.10.6 Deverá possuir interface gráfica e diagnóstico dos componentes do equipamento;

3.2.1.10.7 A data da versão da BIOS deverá ser igual ou superior a 1º de janeiro de 2022.

### 3.2.2 Processador

#### 3.2.2.1 Arquitetura "MOBILE";

#### 3.2.2.2 Plataforma Intel Core Ou AMD Ryzen:

##### 3.2.2.2.1 Modelos de referência:

- Processador Intel Core Ultra 7 ou superior
- Processador AMD Ryzen™ 7 ou superior

##### 3.2.2.2.2 Só será aceito processador lançado a partir do primeiro quadrimestre de 2023 (Q1 2023);

##### 3.2.2.3 Dissipador e ventilador (cooler) do mesmo fabricante do processador ou homologado pelo fabricante do equipamento de acordo com as recomendações do fabricante do processador.

### 3.2.3 Interface de Rede Interna

#### 3.2.3.1 Ethernet com velocidades 10/100/1000/ Base-T/Tx;

#### 3.2.3.2 Implementar as funções Wake-On-LAN (WOL) e PXE 2.0;

#### 3.2.3.3 Auto-negotiation (suporte a negociação automática de velocidade, modo Half/full duplex e inversão de pares de TX/RX);

#### 3.2.3.4 Conector RJ-45.

### 3.2.4 Controladora de Vídeo

#### 3.2.4.1 Placa de vídeo on-board;

#### 3.2.4.2 Resolução 1.920 x 1.080 dpi, ou superior;

#### 3.2.4.3 Compatível com a tecnologia DirectX 12, ou superior;

#### 3.2.4.4 Compatível com a tecnologia OpenGL 4.5, ou superior.

### 3.2.5 Memória RAM

#### 3.2.5.1 DDR5, 4.800 MT/s, ou superior;

##### 3.2.5.1.1 Possuir 32GB DDR5.

##### 3.2.5.1.2 Os pentes de memória devem ser homologados pelo fabricante do equipamento ofertado.

### 3.2.6 Unidade de Armazenamento SSD

#### 3.2.6.1 Tecnologia M.2 PCIe NVMe;

#### 3.2.6.2 Capacidade de armazenamento de 512 GB;

#### 3.2.6.3 Velocidade de leitura mínima de 2.200 MB/s;

#### 3.2.6.4 Velocidade de gravação mínima de 1.000 MB/s.

### 3.2.7 Monitor

3.2.7.1 LCD com dimensão mínima de 15, polegadas, ou superior;

3.2.7.2 Tecnologia de iluminação LED;

3.2.7.3 Resolução nativa de 1.920 x 1080, ou superior;

3.2.7.4 Brilho mínimo 250 nits.

### 3.2.8 Componentes

3.2.8.1 Mouse touch pad com dois botões, podendo estes serem também com tecnologia touch ou clickpad;

3.2.8.2 Teclado retro iluminado padrão ABNT2, resistente a respingos ou derramamento acidental de líquidos;

3.2.8.3 Webcam 1080p com obturador de privacidade.

3.2.8.4 Bateria:

3.2.8.4.1 Tecnologia composta com lítio;

3.2.8.4.2 Capacidade mínima de 42 Wh;

3.2.8.4.3 Equipamento, na configuração ofertada, deverá oferecer suporte a carga rápida da bateria.

3.2.8.5 Fonte bivolt (110 V e 220 V) com capacidade de:

3.2.8.5.1 Suportar o equipamento ofertado;

3.2.8.5.2 Carregar completamente a bateria do notebook;

3.2.8.5.3 Homologada para o conjunto formado por notebook e bateria;

3.2.8.5.4 Deverá ser do mesmo fabricante e possuir identificação no seu corpo.

3.2.8.6 Gabinete com slot para tranca de segurança tipo "Kensington" ou "Noble Wedge Lock" ou equivalente;

3.2.8.7 Peso máximo do equipamento 1,6 Kg com bateria e demais componentes internos;

3.2.8.8 O gabinete deverá possuir em seu corpo o modelo, o número de série e/ou etiqueta de serviço que identifique unicamente o equipamento perante o FABRICANTE. As informações deverão possibilitar acesso à configuração de fábrica, obtenção de drivers atualizados, correções de problemas, firmwares e informações de garantia do equipamento;

3.2.8.8 Possuir leitor de impressão digital interno para prover acesso seguro ao equipamento, com softwares e drivers e as respectivas licenças de uso.

### 3.2.9 Sistema Operacional

3.2.9.1 Licença de uso do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional de 64 bits, versão em Português Brasil, em regime OEM;

3.2.9.2 Chave da licença (BIOS OEM Key) do sistema operacional Microsoft Windows deverá estar gravada na BIOS do equipamento. A comprovação será efetuada usando uma ferramenta de software que possa demonstrar esta característica, por exemplo, ProduKey v1.8 ou superior, ou endereço que o venha substituir, de licença gratuita, ou através do comando no sistema operacional slmgr -dlv (ou outro comando que obtenha a informação);

3.2.9.3 O Sistema Operacional licenciado deverá estar pré-instalado no equipamento, com drivers para todos os componentes fornecidos e software de gestão dos recursos do FABRICANTE e que permita realizar diagnóstico no equipamento.

### 3.2.10 Manuais, drivers e acessórios

3.2.10.1 Fornecer todos os componentes instalados, configurados e ativados, bem como seus respectivos drivers, acessórios, adaptadores e manuais para instalação e configuração.

3.2.10.2 Bolsa ou mochila para acondicionamento e transporte do notebook, do mouse, dos cabos e da fonte;

3.2.10.2.1 Deve ser composta de material resistente, impermeável e possuir acolchoamento para proteger o notebook;

3.2.10.2.2 Deve possuir duas alças de ombro (mochila) ou, no mínimo, uma alça de ombro (bolsa);

3.2.10.3 Possuir software para uso da webcam assim como seus drivers, com as respectivas licenças de uso;

3.2.10.4 Todos os drivers do equipamento deverão ser homologados pela Microsoft com pacotes disponíveis para funcionamento no Microsoft Configuration Manager (SCCM), com comprovação através do site oficial da Microsoft disponível atualmente no endereço eletrônico: <https://learn.microsoft.com/en-us/mem/configmgr/sum/deploy-use/third-party-software-update-catalogs>;

3.2.10.5 Para cada notebook ofertado deverá ser fornecido 01 cabo de segurança com cadeado conjugado, possibilitando a segurança do equipamento, com comprimento mínimo de 1,7m e laço para fixação no mobiliário.

### 3.2.11 Garantia

3.2.11.1 36 meses on-site para o equipamento.

3.2.11.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar livre acesso ao site do FABRICANTE, para download gratuito, todos os drivers de dispositivos, BIOS, firmwares e softwares para o equipamento ofertado, na versão mais atual, durante o período de garantia;

3.2.11.3 Fornecer suporte técnico para equipamento ofertado, durante o período de garantia.

3.2.11.4 A empresa FABRICANTE disponibilizar um número de telefone 0800 (ou equivalente ao serviço gratuito) exclusivo, WhatsApp, Chat ou e-mail para abertura de chamados técnicos;

3.2.11.5 A abertura dos chamados técnicos deverá ser rápida de forma a evitar a passagem por scripts padronizados que demandam tempo;

3.2.11.6 O atendimento não poderá ficar limitado apenas a parte de hardware, deverá também oferecer suporte sobre o software OEM instalado em fábrica;

3.2.11.7 Deverá disponibilizar um ponto de contato único, seja através de aplicação Web, e-mail ou outra ferramenta disponibilizada pelo fabricante, para acompanhamento dos chamados técnicos, evitando que a contratante seja atendida por diversos atendentes ou meios diferentes;

3.2.11.8 Deverá disponibilizar, conforme solicitação da contratante, relatórios de chamados abertos, bem como o tempo de solução e conclusão dos chamados, para que tenha histórico dos chamados e conhecimento da base instalada;

3.2.11.9 Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE;

3.2.11.10 A empresa FABRICANTE do equipamento deverá prover assistência técnica em todo território brasileiro e deverá dispor de um número telefônico (0800) para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;

3.2.11.11 Possuir recurso disponibilizado via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

3.2.11.12 Quando houver a inclusão de extensão de garantia, com prazos de garantia estendido ou modalidade de prestação dos serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução, o LICITANTE, deverá apresentar declaração do fabricante informando os respectivos códigos/partnumbers destes serviços;

3.2.11.13 Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta comercial, declaração do FABRICANTE comprometendo-se a prestar a garantia solicitada neste edital. Esta declaração deverá ser específica para este processo licitatório.

### 3.2.12 Certificações e requisitos de qualidade

3.2.12.1 O FABRICANTE deve constar como membro do Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST), confirmado via consulta ao site <https://www.first.org/members/teams/>, ou membro dos Computer Security Incident Response Team (CSIRTs) Brasileiros do Computer Emergency Response Team (CERT.BR) comprovado via declaração, ou possuir certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gerenciamento de Segurança da Informação) vigente. O FABRICANTE deverá intermediar os relatórios de vulnerabilidades junto ao CSIRTCERT. A CONTRATADA deverá disponibilizar um ou mais contatos para tratativas sobre vulnerabilidades de segurança, podendo ser através de CSIRT/CERT.

3.2.12.2 Deverá ser entregue o Certificado de Conformidade com a Portaria nº 170/2012 do Inmetro, abrangendo os ensaios de:

3.2.12.2.1 Compatibilidade com a norma IEC 60950 (Requisitos de Segurança);

3.2.12.2.2 Compatibilidade com a norma IEC 61000 (Emissão Eletromagnética e de Radiofrequência);

3.2.12.2.3 Comprovação da Eficiência Energética;

3.2.12.2.4 Possuir o Selo da Certificação dos ensaios.

3.2.12.3 Caso o equipamento ofertado tenha sido projetado para o mercado internacional, serão aceitas:

3.2.12.3.1 Certificado de Conformidade com a norma IEC 60950;

3.2.12.3.2 Certificado de Conformidade com a norma IEC 61000;

3.2.12.3.3 Certificado de consumo eficiente de energia Energy Star 7.0, ou superior.

3.2.12.4 Em relação à proteção ambiental, o equipamento ofertado deverá possuir:

3.2.12.4.1 Deverá a certificação EPEAT 2019 na categoria Gold, ou superior, e deve estar listado na ferramenta eletrônica EPEAT (Electronical Product Environmental Assessment Tool – [www.epeat.net](http://www.epeat.net)), ou outro link que o venha substituir;

3.2.12.4.2 Caso não possua Certificado EPEAT, será aceito o Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT, site [www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto](http://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto), ou endereço que o venha substituir;

3.2.12.5 Deverá apresentar o certificado em que o FABRICANTE do equipamento é membro do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) que especifica o padrão "DMI" de gerenciamento. O FABRICANTE deverá ser membro na categoria "Board" ou "Leadership". O certificado será conferido através de acesso à página [www.dmtf.org/about/list/](http://www.dmtf.org/about/list/), ou endereço que o venha substituir.

3.2.12.6 Os equipamentos ofertados deverão estar em conformidade com as diretivas ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);

3.2.12.7 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001, devidamente comprovado através do respectivo certificado em plena validade;

3.2.12.8 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir Certificação ISO 9001:2015 em plena validade;

3.2.12.9 O modelo, do equipamento ofertado, deverá estar listado pela Microsoft no seu catálogo de produtos compatíveis e certificados "HCL" (Hardware Compatibility List) em <https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl> ou, certificados de compatibilidade do equipamento obtidos junto a Microsoft;



3.2.12.10 O equipamento deverá possuir compatibilidade com pelo menos uma distribuição Ubuntu Linux 12 ou superior homologada no site <http://www.ubuntu.com/certification/desktop/> ou através de declaração do fabricante;

3.2.12.11 Comprovação que, o(s) produto(s) ofertado(s) pertence(m) à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica;

4.2.12.12 O fabricante do equipamento, deverá ser membro da RBA (Responsible Business Alliance), antiga EICC, ou possuir Certificação válida ISO 45001, para garantia de conformidade com as questões ambientais, qualidade e segurança do bem-estar de seus funcionários e investimentos ambientais. O fabricante deverá estar relacionado no site da RBA, <http://www.responsiblebusiness.org/about/members/> ou apresentar o Certificado da ISO 45001 válido;

3.2.12.13 Deverá ser apresentada certificação Energy Star® 6.0 (ou mais atual), através do site [www.energystar.gov](http://www.energystar.gov) ou apresentar relatório técnico de ensaios de conformidade de consumo de energia, emitido por laboratório de ensaio acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do Inmetro, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025.

### 3.2.13 Requisitos de qualidade

3.2.13.1 Todos os componentes do equipamento e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

3.2.13.2 Todos os equipamentos (Desktop, teclado, mouse e monitor) ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

3.2.13.3 Deverá ser apresentada declaração do fabricante ou distribuidor informando que os produtos ofertados não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias;

3.2.13.4 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia;

3.2.13.5 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser integrados pelo fabricante, não sendo aceito a integração de componentes de hardware após o processo de fabricação para os atendimentos das exigências do edital. As caixas dos equipamentos deverão vir lacradas de fábrica;

3.2.13.6 É obrigatório a descrição completa dos equipamentos e seus componentes na proposta comercial, além do part number do equipamento, e das extensões de garantia ofertadas para o atendimento das exigências do edital.

## 3.3. NOTEBOOK PLUS

Características mínimas obrigatórias:

### 3.3.1 Motherboard:

#### 3.3.1.1 Deverá implementar:

3.3.1.1.1 Função de registro de número de patrimônio em memória não volátil;

3.3.1.1.2 Implementar mecanismo de proteção de gravação de número do patrimônio;

3.3.1.1.3 Controle de permissão de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para ter acesso aos recursos de administração de BIOS.

#### 3.3.1.2 Controladoras de discos rígidos M.2:

3.3.1.2.1 1 (um) ou mais dispositivos padrão M.2 PCIe (para disco SSD – Solid State Drive);



### 3.3.1.3 Controladora USB e HDMI com suporte a dispositivos externos:

- 3.3.1.3.1 2 (duas) ou mais interfaces no padrão USB 3.2 Tipo A ou superior;
- 3.3.1.3.2 1 (uma) ou mais interfaces no padrão USB 3.2 Tipo C, ou superior;
- 3.3.1.3.3 A soma de todas as interfaces USB deverá permitir conectar 3 (três) ou mais dispositivos diretamente;
- 3.3.1.3.4 1 x HDMI 1.4 ou superior.

### 3.3.1.4 Controladora de áudio:

- 3.3.1.4.1 1 (uma) saída estéreo;
- 3.3.1.4.2 1 (uma) entrada de microfone;
- 3.3.1.4.3 Ambas podem ser ofertadas numa só interface de áudio composto que permita uso simultâneo de entrada de microfone e saída estéreo (combo);
- 3.3.1.4.4 Com microfone interno e alto-falantes embutidos.

### 3.3.1.5 Capacidade mínima de expansão para 32 GB de memória RAM;

### 3.3.1.6 Interface wireless integrada:

- 3.3.1.6.1 Placa de rede Wireless padrão 802.11 AX (2x2)
- 3.3.1.6.2 Suporte a tecnologia MU-MIMO;

### 3.3.1.7 Interface Bluetooth 5.1, ou superior;

### 3.3.1.8 Módulo TPM (Trusted Platform Module) para criptografia das chaves do sistema:

3.3.1.8.1 Deve possuir chip de segurança TPM integrado na placa mãe na versão 2.0 ou superior, possibilitando a utilização de todos os recursos de segurança e criptografia, sendo aceito BitLocker do Sistema Operacional Windows 11 Pro ou através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM. Não sendo aceito soluções através firmware, softwares ou virtuais;

### 3.3.1.9 Chipset:

- 3.3.1.9.1 Deverá ser do mesmo fabricante do processador;
- 3.3.1.9.2 Deverá suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador ofertado;

### 3.3.1.10 BIOS:

3.3.1.10.1 Deverá estar em conformidade como Padrão UEFI na versão 2.7 ou superior ([uefi.org/specsandtesttools](http://uefi.org/specsandtesttools) ou endereço que o venha substituir);

3.3.1.10.2 O FABRICANTE deve ser registrado na "Membership List" do Unified Extensible Firmware Interface Forum, acessível pelo website [www.uefi.org/members](http://www.uefi.org/members), ou endereço que o venha substituir, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI;

3.3.1.10.3 Deverá ser desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos (COPYRIGHT) sobre esta BIOS, ou a declaração do FABRICANTE do equipamento informando que a BIOS possui livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim manutenção (adaptações, correções) do equipamento adquirido.

3.3.1.10.4 Deverá prover suporte à SMBIOS, ACPI, atualização e configuração da BIOS;

3.3.1.10.5 Suporte do recurso PXE (Pre-boot Execution Environment) e WOL (Wake on LAN);

3.3.1.10.6 Deverá possuir interface gráfica e diagnóstico dos componentes do equipamento;

3.3.1.10.7 A data da versão da BIOS deverá ser igual ou superior a 1º de janeiro de 2025.

### 3.3.2 Processador:

#### 3.3.2.1 Arquitetura "MOBILE";

### 3.3.2.2 Plataforma Intel Core Ou AMD Ryzen:

#### 3.3.2.2.1 Modelos de referência:

- Processador Intel Core Ultra 7 ou superior
- Processador AMD Ryzen AI 7 PRO ou superior

3.3.2.2.2 Só será aceito processador lançado a partir do primeiro quadrimestre de 2024 (Q1 2024);

3.3.2.2.3 NPU dedicada com capacidade de processamento neural mínima de 40 TOPS.

3.3.2.3 Dissipador e ventilador (cooler) do mesmo fabricante do processador ou homologado pelo fabricante do equipamento de acordo com as recomendações do fabricante do processador.

### 3.3.3 Interface de Rede Interna

3.3.3.1 Ethernet com velocidades 10/100/1000/ Base-T/Tx;

3.3.3.2 Implementar as funções Wake-On-LAN (WOL) e PXE 2.0;

3.3.3.3 Auto-negotiation (suporte a negociação automática de velocidade, modo Half/full duplex e inversão de pares de TX/RX);

3.3.3.4 Conector RJ-45.

### 3.3.4 Controladora de Vídeo

3.3.4.1 Processador Gráfico (GPU) integrado ao processador principal (Intel Arc Graphics ou AMD Radeon™ Graphics).

### 3.3.5 Memória RAM

3.3.5.1. DDR5, 4.800MT/s, ou superior

3.3.5.1.1 Possuir 32GB DDR5. Permite expansão de memória para no mínimo 64GB;

3.3.5.1.2 Os pentes de memória devem ser homologados pelo fabricante do equipamento ofertado.

### 3.3.6 Unidade de Armazenamento SSD

3.3.6.1 Tecnologia M.2 PCIe NVMe;

3.3.6.2 Capacidade de armazenamento de 1 TB;

3.3.6.3 Velocidade de leitura mínima de 3.200 MB/s;

3.3.6.4 Velocidade de gravação mínima de 2.500 MB/s.

### 3.3.7 Monitor

3.3.7.1 LCD com dimensão mínima de 15 polegadas, ou superior;

3.3.7.2 Tecnologia de iluminação LED ou superior;

3.3.7.3 Resolução nativa de 1.920 x 1080, ou superior;

3.3.7.4 Brilho mínimo de 250 nits.

### 3.3.8 Componentes

3.3.8.1 Mouse touch pad com dois botões, podendo estes serem também com tecnologia touch ou clickpad;

3.3.8.2 Teclado retro iluminado padrão ABNT2, resistente a respingos ou derramamento acidental de líquidos;

3.3.8.3 Webcam 1080p com obturador de privacidade;

3.3.8.4 Bateria:

3.3.8.4.1 Tecnologia composta com lítio;

3.3.8.4.2 Capacidade mínima de 42 Wh;

3.3.8.5 Fonte bivolt (110 V e 220 V) com capacidade de:

3.3.8.5.1 Suportar o equipamento ofertado;

3.3.8.5.2 Carregar completamente a bateria do notebook;

3.3.8.5.3 Homologada para o conjunto formado por notebook e bateria;

3.3.8.5.4 Deverá ser do mesmo fabricante e possuir identificação no seu corpo;

3.3.8.6 Gabinete com slot para tranca de segurança tipo "Kensington" ou "Noble Wedge Lock" ou equivalente;

3.3.8.7 Peso máximo do equipamento 1,6 Kg com bateria e demais componentes internos;

3.3.8.8 O gabinete deverá possuir em seu corpo o modelo, o número de série e/ou etiqueta de serviço que identifique unicamente o equipamento perante o FABRICANTE. As informações deverão possibilitar acesso à configuração de fábrica, obtenção de drivers atualizados, correções de problemas, firmwares e informações de garantia do equipamento;

3.3.8.9 Possuir leitor de impressão digital interno para prover acesso seguro ao equipamento, com softwares e drivers e as respectivas licenças de uso.

### 3.3.9 Sistema Operacional

3.3.9.1 Licença de uso do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional de 64 bits, versão em Português Brasil, em regime OEM;

3.3.9.2 Chave da licença (BIOS OEM Key) do sistema operacional Microsoft Windows deverá estar gravada na BIOS do equipamento. A comprovação será efetuada usando uma ferramenta de software que possa demonstrar esta característica, por exemplo, ProduKey v1.8 ou superior, ou endereço que o venha substituir, de licença gratuita, ou através do comando no sistema operacional simg -dlv (ou outro comando que obtenha a informação);

3.3.9.3 O Sistema Operacional licenciado deverá estar pré-instalado no equipamento, com drivers para todos os componentes fornecidos e software de gerência dos recursos do FABRICANTE e que permita realizar diagnóstico no equipamento.

### 3.3.10 Manuais, drivers e acessórios

3.3.10.1 Fornecer todos os componentes instalados, configurados e ativados, bem como seus respectivos drivers, acessórios, adaptadores e manuais para instalação e configuração.

3.3.10.2 Bolsa ou mochila para acondicionamento e transporte do notebook, do mouse, dos cabos e da fonte;

3.3.10.2.1 Deve ser composta de material resistente, impermeável e possuir acolchoamento para proteger o notebook;

3.3.10.2.2 Deve possuir duas alças de ombro (mochila) ou, no mínimo, uma alça de ombro (bolsa);

3.3.10.3 Possuir software para uso da webcam assim como seus drivers, com as respectivas licenças de uso.

3.3.10.4 Todos os drivers do equipamento deverão ser homologados pela Microsoft com pacotes disponíveis para funcionamento no Microsoft Configuration Manager (SCCM), com comprovação através do site oficial da Microsoft disponível atualmente no endereço eletrônico: <https://learn.microsoft.com/en-us/mem/configmgr/sum/deploy-use/third-party-software-update-catalogs>;

3.3.10.5 Para cada notebook ofertado deverá ser fornecido 01 cabo de segurança com cadeado conjugado, possibilitando a segurança do equipamento, com comprimento mínimo de 1,7m e laço para fixação no mobiliário.

### 3.3.11 *Garantia*

3.3.11.1 36 (trinta e seis) meses on-site para o equipamento.

3.3.11.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar livre acesso ao site do FABRICANTE, para download gratuito, todos os drivers de dispositivos, BIOS, firmwares e softwares para o equipamento ofertado, na versão mais atual, durante o período de garantia;

3.3.11.3 Fornecer suporte técnico para equipamento ofertado, durante o período de garantia.

3.3.11.4 A empresa FABRICANTE disponibilizar um número de telefone 0800 (ou equivalente ao serviço gratuito) exclusivo, WhatsApp, Chat ou e-mail para abertura de chamados técnicos;

3.3.11.5 A abertura dos chamados técnicos deverá ser rápida de forma a evitar a passagem por scripts padronizados que demandam tempo;

3.3.11.6 O atendimento não poderá ficar limitado apenas a parte de hardware, deverá também oferecer suporte sobre o software OEM instalado em fábrica;

3.3.11.7 Deverá disponibilizar um ponto de contato único, seja através de aplicação Web, e-mail ou outra ferramenta disponibilizada pelo fabricante, para acompanhamento dos chamados técnicos, evitando que a contratante seja atendida por diversos atendentes ou meios diferentes;

3.3.11.8 Deverá disponibilizar, conforme solicitação da contratante, relatórios de chamados abertos, bem como o tempo de solução e conclusão dos chamados, para que tenha histórico dos chamados e conhecimento da base instalada;

3.3.11.9 Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE;

3.3.11.10 A empresa FABRICANTE do equipamento deverá prover assistência técnica em todo território brasileiro e deverá dispor de um número telefônico (0800) para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;

3.3.11.11 Possuir recurso disponibilizado via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

3.3.11.12 Quando houver a inclusão de extensão de garantia, com prazos de garantia estendido ou modalidade de prestação dos serviços para atendimento on-site e/ou tempos de solução, o LICITANTE, deverá apresentar declaração do fabricante informando os respectivos códigos/partnumbers destes serviços;

3.3.11.13 Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta comercial, declaração do FABRICANTE comprometendo-se a prestar a garantia solicitada neste edital. Esta declaração deverá ser específica para este processo licitatório.

### 3.3.12 Certificações e requisitos de qualidade:

3.3.12.1 O FABRICANTE deve constar como membro do Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST), confirmado via consulta ao site <https://www.first.org/members/teams/>, ou membro dos Computer Security Incident Response Team (CSIRTs) Brasileiros do Computer Emergency Response Team (CERT.BR) comprovado via declaração, ou possuir certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gerenciamento de Segurança da Informação) vigente. O FABRICANTE deverá intermediar os relatórios de vulnerabilidades junto ao CSIRTCERT. A CONTRATADA deverá disponibilizar um ou mais contatos para tratativas sobre vulnerabilidades de segurança, podendo ser através de CSIRT/CERT.

3.3.12.2 Deverá ser entregue o Certificado de Conformidade com a Portaria nº 170/2012 do Inmetro, abrangendo os ensaios de:

3.3.12.2.1 Compatibilidade com a norma IEC 60950 (Requisitos de Segurança);

3.3.12.2.2 Compatibilidade com a norma IEC 61000 (Emissão Eletromagnética e de Radiofrequência);

3.3.12.2.3 Comprovação da Eficiência Energética;

3.3.12.2.4 Possuir o Selo da Certificação dos ensaios.

3.3.12.3 Caso o equipamento ofertado tenha sido projetado para o mercado internacional, serão aceitas:

3.3.12.3.1 Certificado de Conformidade com a norma IEC 60950;

3.3.12.3.2 Certificado de Conformidade com a norma IEC 61000;

3.3.12.3.3 Certificado de consumo eficiente de energia Energy Star 7.0, ou superior.

3.3.12.4 Em relação à proteção ambiental, o equipamento ofertado deverá possuir:

3.3.12.4.1 Deverá a certificação EPEAT 2019 na categoria Gold, ou superior, e deve estar listado na ferramenta eletrônica EPEAT (Electronical Product Environmental Assessment Tool – [www.epeat.net](http://www.epeat.net)), ou outro link que o venha substituir;

3.3.12.4.2 Caso não possua Certificado EPEAT, será aceito o Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT, site [www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto](http://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Produto), ou endereço que o venha substituir.

3.3.12.5 Deverá apresentar o certificado em que o FABRICANTE do equipamento é membro do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) que especifica o padrão "DMI" de gerenciamento. O FABRICANTE deverá ser membro na categoria "Board" ou "Leadership". O certificado será conferido através de acesso à página [www.dmtf.org/about/list/](http://www.dmtf.org/about/list/), ou endereço que o venha substituir.

3.3.12.6 Os equipamentos ofertados deverão estar em conformidade com as diretivas ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);

3.3.12.7 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001, devidamente comprovado através do respectivo certificado em plena validade;

3.3.12.8 O Fabricante do equipamento ofertado deve possuir Certificação ISO 9001:2015 em plena validade;

3.3.12.9 O modelo, do equipamento ofertado, deverá estar listado pela Microsoft no seu catálogo de produtos compatíveis e certificados "HCL" (Hardware Compatibility List) em <https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl> ou, certificados de compatibilidade do equipamento obtidos junto a Microsoft;

3.3.12.9 O equipamento deverá possuir compatibilidade com pelo menos uma distribuição Ubuntu Linux 12 ou superior homologada no site <http://www.ubuntu.com/certification/desktop/> ou através de declaração do fabricante;

3.3.12.10 Comprovação que, o(s) produto(s) ofertado(s) pertence(m) à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.

3.3.12.11 O fabricante do equipamento, deverá ser membro da RBA (Responsible Business Alliance), antiga EICC, ou possuir Certificação válida ISO 45001, para garantia de conformidade com as questões ambientais, qualidade e segurança do bem-estar de seus funcionários e investimentos ambientais. O fabricante deverá estar relacionado no site da RBA, <http://www.responsiblebusiness.org/about/members/> ou apresentar o Certificado da ISO 45001 válido;

3.3.12.12 Deverá ser apresentada certificação Energy Star® 6.0 (ou mais atual), através do site [www.energystar.gov](http://www.energystar.gov) ou apresentar relatório técnico de ensaios de conformidade de consumo de energia, emitido por laboratório de ensaio acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do Inmetro, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025.

#### 3.3.13 Requisitos de qualidade:

3.3.13.1 Todos os componentes do equipamento e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

3.3.13.2 Todos os equipamentos (Desktop, teclado, mouse e monitor) ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

3.3.13.3 Deverá ser apresentada declaração do fabricante ou distribuidor informando que os produtos ofertados não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias;

3.3.13.4 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia;

3.3.13.5 Todos os componentes de hardware da solução deverão ser integrados pelo fabricante, não sendo aceito a integração de componentes de hardware após o processo de fabricação para os atendimentos das exigências do edital. As caixas dos equipamentos deverão vir lacradas de fábrica;

3.3.13.6 É obrigatório a descrição completa dos equipamentos e seus componentes na proposta comercial, além do part number do equipamento, e das extensões de garantia ofertadas para o atendimento das exigências do edital.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e com o disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando o ciclo de vida dos bens a serem adquiridos.

4.1.2 Para tanto, os notebooks e desktops deverão atender, no que couber, aos seguintes requisitos:

4.1.2.1 Eficiência energética, devendo os equipamentos possuir certificação ou comprovação de baixo consumo de energia, compatível com programas ou selos reconhecidos nacional ou internacionalmente;

4.1.2.2 Uso racional de recursos naturais, priorizando equipamentos que utilizem materiais recicláveis ou reciclados em sua composição, sempre que tecnicamente viável;

4.1.2.3 Restrição ao uso de substâncias perigosas, em conformidade com normas ambientais aplicáveis, de modo a reduzir impactos ambientais e riscos à saúde humana;

4.1.2.4 Durabilidade e manutenção, com garantia mínima e suporte técnico que contribuam para a ampliação da vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

4.1.2.5. Gestão ambientalmente adequada dos resíduos, devendo o fornecedor observar a legislação vigente quanto à logística reversa e ao descarte ambientalmente adequado dos equipamentos e de seus componentes ao final da vida útil, quando aplicável;

4.1.2.6 Embalagens sustentáveis, preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, com redução do uso de materiais excessivos.

4.1.3. Os requisitos de sustentabilidade deverão ser atendidos sem prejuízo da competitividade do certame, observando-se os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e do desenvolvimento nacional sustentável.

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:

Indicação de modelos de referência os processadores, com respaldo no art. 41, I, "a" e "b" da Lei Federal nº 14.133/2021, que se justifica por se tratar de soluções já disseminadas e largamente utilizadas no mercado (tópico 8 "Levantamento de soluções").

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não se aplica.

**Da exigência de amostra**

4.4. Não se aplica.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não se aplica.

**Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS**

4.7. Não se aplica.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de entrega**



5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	22 (vinte e duas) unidades do item 1 50 (cinquenta) unidades do item 2 9 (nove) unidades do item 3	<b>30 (trinta) dias</b> a contar da data de assinatura do contrato
2ª	22 (vinte e duas) unidades do item 1 50 (cinquenta) unidades do item 2 9 (nove) unidades do item 3	<b>60 (sessenta) dias</b> a contar da data de assinatura do contrato

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**ARSESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**

**Rua Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP 05411-902**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.1. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local:

**ARSESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**

**Rua Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP 05411-902**

5.9.2. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.

5.10. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega parcelada**, conforme cronograma estimado no subitem 5.1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).



8.22.1.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22.2.Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Comprovação de capacidade operacional para entrega/execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Fornecimento de, pelo menos, **22 (vinte e dois) microcomputadores desktops**.

8.23.1.2. Fornecimento de, pelo menos, **50 (cinquenta) notebooks**.

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **Outras comprovações**

8.24. Tratando-se de consórcio:

8.24.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.24.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **39058/392701**;

II) Fonte de Recursos: **150140**;

III) Programa de Trabalho: **17122511462290000**;

IV) Elemento de Despesa: **449052**;

V) Plano Interno: **000.000.0100**;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**CLAUDEMIR ALVES DOS SANTOS**

Gerente de TI



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 17:04:39.

**ALFREDO DE PAULA CRAVEIRO**

Assessor



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 15:38:55.

**PAULO DA SILVA**

Analista de Suporte à Regulação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 15:36:32.

## **ANEXO I.1**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 133.00000046/2026-33

### 2. Descrição da necessidade

Aquisição de Microcomputadores Desktops e Notebooks com garantia e suporte técnico on-site.

A necessidade se caracteriza como **natureza comum**, tendo em vista que pode ser objetivamente definida e detalhada em edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconiza o art. 6º, XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre bens e serviços comuns.

Nos termos da **Deliberação COETIC 3, de 2023**, a contratação pretendida é definida como recurso de TIC, classificada no subitem 1.5 "Infraestrutura de TIC" do Anexo I. No que se refere ao Anexo II da referida Deliberação, classifica-se no item 10 "Soluções de TIC em geral, não categorizadas em outro item", no subitem 10.3 "Acima de R\$ 100.000,00".

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Tecnologia da Informação	Claudemir Alves dos Santos

### 4. Necessidades de Negócio

A presente proposta se justifica, conforme o DFD 34/2025, pela necessidade de disponibilização de recursos de TI suficientes para a execução das atividades-fins e atividades-meio da Agência, bem como modernização do parque tecnológico da ARSESP em virtude da defasagem técnica dos atuais equipamentos, vida útil já exaurida das máquinas e pelo encerramento da garantia e suporte dos atuais equipamentos.

A proposta aquisição objetiva, ainda, o alinhamento tecnológico necessário para atender as demandas atuais e futuras decorrentes da promulgação da Lei Complementar nº 1.413 de 23/09/2024 (novo regime jurídico das Agências Reguladoras estaduais), Decreto nº 69.339 de 04/02/2025 (diretrizes para a organização das Agências, incluindo a ARSESP) e Deliberação ARSESP nº 1.650 de 12/02/2025 (alteração dos quantitativos e distribuição dos cargos comissionados da ARSESP).

No tocante aos Microcomputadores Desktops, menciona-se que, entre 2023 e 2024, foi providenciado o upgrade dos atuais equipamentos All-in-one, ampliando-se as memórias RAM de 8GB para 16GB, e substituindo-se os discos HD, que originalmente equipavam essas máquinas, por discos SSD, que possuem velocidades de leitura e escrita superiores. Isso ampliou a vida útil dos equipamentos e tem viabilizado a utilização destas máquinas no presente momento. Embora se encontre em andamento a proposta de uso compartilhado dos microcomputadores desktops, mediante a aquisição de software específico (Processo SEI 133.00003759/2024-97), é certo que há necessidade de disponibilização de mais máquinas, bem como configurações mais robustas.

No tocante aos Notebooks, que na ARSESP são predominantemente utilizados por Diretores, Superintendentes e Gerentes, encontra-se em andamento o Contrato ARSESP/DL/012/2021 (Processo SEI 133.00000284/2023-04), firmado em 29/10/2021, cujo objeto é a locação de 44 (quarenta e quatro) notebooks. Trata-se de contrato elaborado ainda sob a ótica da Lei Federal nº 8.666/93, e que se encontra sob a iminência de encerramento do prazo máximo de vigência excepcional. Ademais, o dimensionamento do quantitativo de máquinas no atual contrato encontra-se substancialmente defasado em vista da atual estrutura da Agência.

No tocante aos Notebooks Plus, trata-se de atender às demandas de atividades que requerem processamento de grandes massas de dados e arquivos de grande porte, solicitadas pelas Diretorias, Superintendências e Gerências da Agência.

## 5. Necessidades Tecnológicas

### 5.1. Microcomputador Desktop

As características mínimas obrigatórias serão especificadas no tópico 3 "Descrição da solução" do Termo de Referência.

### 5.2. Notebook Avançado

As características mínimas obrigatórias serão especificadas no tópico 3 "Descrição da solução" do Termo de Referência.

### 5.3. Notebook Plus

As características mínimas obrigatórias serão especificadas no tópico 3 "Descrição da solução" do Termo de Referência.

## 6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Os demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC serão especificados no tópico 3 "Descrição da Solução" do Termo de Referência.

## 7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A tabela a seguir descreve os itens e quantitativos a serem contratados.

ITEM	CATMAT/ CATSER	BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1 <b>Microcomputador Desktop</b> (descritivo constante no TR)	618577	6450334	Unidade	44
2 <b>Notebook Avançado</b> (descritivo constante no TR)	482463	5236002	Unidade	100
3 <b>Notebook Plus</b> (descritivo constante no TR)	618642	5853923	Unidade	18

## 8. Levantamento de soluções

Para fins da aquisição de microcomputadores desktops e notebooks, foram consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como contato com empresas especializadas no fornecimento desses equipamentos, objetivando-se identificar a existência de tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades e especificidades da Agência.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece o **parcelamento** como regra (art. 40, § 2º), de modo a ampliar a competitividade e a economia de escala. Não se vislumbra óbice quanto ao parcelamento do objeto em seus itens, sendo o parcelamento tecnicamente viável e economicamente vantajoso, na medida em que se permite a participação de mais licitantes e, por conseguinte, a prospecção de melhores preços.

A especificação dos equipamentos levou à **indicação de modelos de referência** para os processadores. Essa indicação de marcas e/ou fabricantes encontram respaldo no art. 41, I, "a" e "b" da Lei Federal nº 14.133/2021, e se justifica por se tratar de soluções já disseminadas e largamente utilizadas no mercado.

Tecnicamente, a escolha de máquinas equipadas com processadores Intel Core e AMD Ryzen constituem opções mais seguras e compatíveis para uso geral no cotidiano da ARSESP. A escolha de máquinas equipadas com processador fora do duopólio Intel/AMD apresenta desvantagens técnicas significativas, principalmente relacionadas à compatibilidade e ecossistema. Entre as principais desvantagens citam-se:

- **incompatibilidade de software:** a maioria dos softwares sob sistema operacional Microsoft Windows é otimizada para a arquitetura x86, isto é, Intel ou AMD. Processadores ARM, por exemplo, exigem emulação, o que pode reduzir a performance.
- **ecossistema fechado:** processadores como o Apple Silicon (M1/M2/M3/M4) só funcionam em dispositivos Apple, limitando o upgrade e a escolha de hardware.
- **limitação de upgrades:** ecossistemas alternativos, especialmente os baseados em ARM, geralmente têm memória RAM e armazenamento soldados, com maior tendência de obsolescência e impedindo expansões futuras.
- **custo e disponibilidade:** componentes para plataformas alternativas (como placas-mãe para ARM) costumam ser mais caros e difíceis de encontrar em comparação com a ampla oferta para opções Intel ou AMD no mercado nacional.

A logística necessária para cumprimento do objeto pode perfeitamente ser atendida por uma única empresa, muito embora possa ser admitida a formação de **consórcios** com intuito de proporcionar capacidade técnica e financeira pelos licitantes. No tocante à participação de **cooperativas**, em vista dos itens que compõem o objeto e seu alto valor agregado, bem como da necessidade de prestação de serviços de suporte e garantia *on site* correlatos pelo prazo de vigência contratual, não se recomenda a eventual permissão para participação no certame.

A aquisição **não** contemplará previsão da **garantia contratual** prevista no art. 96, "caput" da Lei Federal nº 14.133/2021. Consta no próprio diploma legal que, "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos". Contudo, embora a legislação estabeleça que a exigência de garantia seja a "critério da autoridade competente", é fato que esta exigência deverá ser devidamente motivada e justificada.

Para atendimento da necessidade de aquisição de microcomputadores desktops e notebooks, foram analisadas as seguintes soluções possíveis, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021:

**a) Aquisição definitiva dos equipamentos (compra direta):** consiste na aquisição dos bens com incorporação ao patrimônio da Administração, permitindo uso continuado durante sua vida útil, com plena autonomia de gestão, manutenção e substituição conforme planejamento institucional.



**b) Locação de equipamentos de informática:** modalidade em que os equipamentos são disponibilizados mediante pagamento periódico, incluindo, em regra, garantia e substituição em caso de falhas, sem incorporação ao patrimônio do órgão.

**c) Reaproveitamento ou remanejamento de equipamentos existentes:** análise da possibilidade de utilização de equipamentos já pertencentes à Autarquia ou a outros órgãos, mediante levantamento patrimonial, avaliação de desempenho e adequação às necessidades atuais.

**d) Adesão a atas de registro de preços ou compras compartilhadas:** forma de atendimento da demanda por meio da utilização de instrumentos de contratação já existentes, promovendo economia de escala e celeridade no atendimento da necessidade.

## **9. Análise comparativa de soluções**

### **9.1 Aquisição definitiva dos equipamentos**

Apresenta como principais vantagens a incorporação dos bens ao patrimônio da Agência, maior autonomia na gestão do parque tecnológico, previsibilidade de custos ao longo da vida útil e facilidade de padronização e controle. Além disso, os equipamentos são bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, permitindo ampla competitividade e obtenção de preços vantajosos.

Como desvantagem, há necessidade de desembolso inicial e gestão da obsolescência tecnológica, fatores que podem ser mitigados por planejamento de renovação periódica.

### **9.2 Locação de equipamentos**

Possibilita a utilização dos equipamentos mediante pagamento periódico, com menor investimento inicial e previsão de substituição em caso de falhas. Entretanto, ao longo do tempo, o custo acumulado tende a superar o da aquisição, sem geração de ativo patrimonial, além de limitar a autonomia da Autarquia quanto à configuração e ao uso dos equipamentos.

### **9.3 Reaproveitamento ou remanejamento interno**

Trata-se da possibilidade de utilização de equipamentos já existentes no acervo patrimonial. Contudo, verifica-se que a integralidade do parque atual já atingiu o fim do ciclo de vida útil, além de não atender aos requisitos mínimos de desempenho. Além disso, o quantitativo de máquinas disponíveis no parque tecnológico da ARSESP não são suficientes para suprir integralmente a demanda identificada, mesmo viabilizando-se a proposta de uso compartilhado dos equipamentos.

### **9.4 Adesão à Ata de Registro de Preços**

O atendimento da demanda da ARSESP poderia ser feita por meio de participação em Ata de Registro de Preços.

No âmbito do Estado de São Paulo, a PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) figura como principal órgão intermediador de aquisições de TI, nos termos do Decreto Estadual nº 64.601, de 22/11/2019. Essa participação estaria alinhada, ainda, à Estratégia de Governo Digital do Estado de São Paulo para o quadriênio 2023-2026. Contudo, já há manifestação da CJ/ARSESP em processo análogo reportando a inviabilidade de participação da ARSESP em Atas de Registro de Preços da PRODESP.

A participação em Ata de Registro de Preços do OfficeGov também foi considerada; contudo, observa-se limitações no que se refere à especificação dos equipamentos ofertados e quantitativos possíveis de serem adquiridos, bem como não inclusão de serviços correlatos, em especial o suporte técnico e a garantia on site.



## 9.5 Conclusão da análise comparativa

A solução representada pela **locação de equipamentos** apresenta custo elevado a longo prazo sem agregar ativo patrimonial à Agência, bem como limitações quanto à configuração e uso das máquinas. Além disso, a análise demonstrou a inviabilidade das soluções representadas pelo **reaproveitamento ou remanejamento interno** dos equipamentos e da **adesão a Ata de Registro de Preços**.

Assim, a partir da avaliação das soluções, conclui-se que a **aquisição definitiva de microcomputadores desktops e notebooks** é a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, por combinar:

- atendimento pleno às necessidades operacionais da Autarquia;
- maior autonomia e controle sobre o parque tecnológico;
- menor complexidade contratual; e
- melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos bens.

## 10. Registro de soluções consideradas inviáveis

### 10.1. Reaproveitamento ou remanejamento interno

Conforme o subitem 9.3 deste Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a integralidade do parque tecnológico atual da ARSES já atingiu o fim do ciclo de vida útil, além de não atender aos requisitos mínimos de desempenho. Ademais, constata-se que o quantitativo de máquinas disponíveis no parque tecnológico da ARSESP não são suficientes para suprir integralmente a demanda identificada, mesmo viabilizando-se a proposta de uso compartilhado dos equipamentos

### 10.2 Inviabilidade de participação na ARP (Ata de Registro de Preços) da PRODESP

A contratação por meio da participação na ARP (Ata de Registro de Preços) da PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) atenderia aos objetivos de padronização, simplicidade e economicidade das aquisições de TIC, nos termos preconizados no parágrafo único do art. 10 do Decreto Estadual nº 64.601, de 22/11/2019. Essa participação estaria alinhada, ainda, à Estratégia de Governo Digital do Estado de São Paulo para o quadriênio 2023-2026.

Contudo, apesar de pugnar pela consulta formal à PRODESP acerca da possibilidade de aquisição por intermédio daquele órgão, o Procurador do Estado Chefe da CJ/ARSESP opinou pela "inviabilidade jurídica" de contratações por meio da participação em ARP da PRODESP, em vista "da ressalva contida no artigo 66, §1º c/c artigo 1º, caput da Lei nº 13.303/2016", entendendo "que a ARSESP, por não desempenhar atividade econômica e por não prestar serviço público, não pode ser considerada como entidade juridicamente habilitada a contratar, aderir ou participar de atas decorrentes de sistemas de registro de preço licitados por empresa estatais" (parágrafos 13 e 15 do Documento SEI 033449339 - Processo SEI 133.00001269/2024-56).

### 10.3. Inviabilidade de participação na ARP (Ata de Registro de Preços) do Office.gov

A contratação por meio da participação na ARP (Ata de Registro de Preços) do OfficeGov (disponível em <https://www.officegov.com/>) apresenta limitações no que se refere à especificação dos equipamentos ofertados e quantitativos possíveis de serem adquiridos.

Ademais, a participação na ARP do OfficeGov não inclui a abrangência de serviços correlatos, em especial o suporte técnico e a garantia on site.

## 11. Análise comparativa de custos (TCO)

Em atendimento ao disposto no **art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021**, que determina a avaliação do custo total do ciclo de vida do objeto, foi realizada análise do **Custo Total de Propriedade** das soluções consideradas viáveis, notadamente:

- (i) aquisição definitiva dos equipamentos;
- (ii) locação; e
- (iii) outsourcing de estações de trabalho (HaaS).

A análise de TCO considerou, de forma integrada, os seguintes componentes de custo ao longo do ciclo de vida estimado dos equipamentos (48 a 60 meses):

- investimento inicial ou parcelas periódicas;
- garantia e manutenção;
- suporte técnico;
- substituição por falha ou obsolescência;
- gestão do parque tecnológico; e
- valor residual ou inexistência de ativo ao final do período.

### a) Aquisição definitiva

Na aquisição, o principal custo concentra-se no momento inicial, correspondente à compra dos equipamentos, sendo diluído ao longo da vida útil dos bens. Durante esse período, os custos adicionais restringem-se à manutenção residual, uma vez que os equipamentos normalmente contam com garantia do fabricante e a Autarquia dispõe de equipe própria de TI para suporte básico.

Ao final da vida útil, os equipamentos permanecem como ativos patrimoniais, ainda que depreciados, o que reduz o custo efetivo da solução ao longo do tempo.

### b) Locação

Na locação, os custos são distribuídos em pagamentos mensais ao longo de todo o período contratual. Embora essa modalidade inclua garantia e substituição em caso de falhas, o valor acumulado ao longo de 48 a 60 meses tende a superar o custo da aquisição, sem que haja incorporação de ativo ao patrimônio da Autarquia ao término do contrato.

Assim, o custo médio anual por estação de trabalho é, em regra, superior ao da aquisição definitiva.

### c) Outsourcing de estações de trabalho (HaaS)

No outsourcing, além do custo do hardware, estão embutidos serviços contínuos de suporte, gestão, monitoramento, substituição e atendimento a níveis de serviço (SLA). Isso resulta em custo global significativamente maior ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, sendo justificável apenas em ambientes que demandem alto grau de terceirização da gestão de TI, o que não é o caso da Autarquia.

### Conclusão da análise de TCO

A partir da avaliação do custo total do ciclo de vida das soluções, verifica-se que a **aquisição definitiva de microcomputadores desktops e notebooks** apresenta o **menor custo total de propriedade (TCO)** ao longo do período de uso esperado, quando comparada às alternativas de locação e outsourcing.

Além de mais econômica, essa solução assegura maior autonomia, previsibilidade orçamentária e melhor gestão patrimonial, razão pela qual é indicada como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

## 12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Aquisição de Microcomputadores Desktops e Notebooks com garantia e suporte técnico on-site.

## 13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$):

Para a estimativa de custo total da contratação, foi considerada a solução representada pela aquisição dos equipamentos, com base nas especificações dos equipamentos a serem contratados e no dimensionamento das quantidades estimadas (tópico 7 "Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços" deste ETP).

A estimativa de custo total da contratação encontra-se tabulada abaixo.

ITEM	CATMAT	BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 - Microcomputador Desktop (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" do TR)	618577	6450334	UNIDADE	44		
2 - Notebook Avançado (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" do TR)	482463	5236002	UNIDADE	100		
3 - Notebook Plus (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" do TR)	618642	5853923	UNIDADE	18		
TOTAL						

#### 14. Justificativa técnica da escolha da solução

A presente aquisição na modalidade Pregão Eletrônico objetiva atender às demandas de recursos de TI pela ARSESP sem deixar de obedecer ao princípio da economicidade, obtendo-se a melhor relação custo-benefício possível para a aquisição dos equipamentos de TI à vista dos recursos financeiros e administrativos disponíveis.

O investimento demandado para a presente aquisição se mostra crucial para o alinhamento tecnológico necessário para atender as demandas presentes e futuras, decorrentes das novas atribuições da ARSESP e dos quantitativos e distribuição de cargos decorrentes.

Embora se encontre em andamento a proposta de aquisição de software para viabilizar o uso compartilhado de recursos, em especial dos microcomputadores desktops (Processo SEI 133.00003759/2024-97) - o que, por si só, representará economia no quantitativo de equipamentos a serem demandados -, é certo que há necessidade de disponibilização de mais máquinas.

Além disso, a presente aquisição contemplará, além de microcomputadores desktops, também notebooks - indispensáveis à mobilidade e ao trabalho colaborativo das equipes, bem como às atividades fiscalizatórias in loco.

A aquisição de notebooks plus objetiva disponibilizar equipamentos com configurações mais robustas, indispensáveis para atividades que requerem processamento de grandes massas de dados e arquivos de grande porte, solicitadas pelas Diretorias, Superintendências e Gerências da Agência.

#### 15. Justificativa econômica da escolha da solução

A escolha da **aquisição definitiva de microcomputadores, notebooks e desktops** fundamenta-se na análise comparativa das soluções apresentada nos Itens 8, 9, 10 e 11 deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente sob a ótica do **custo total do ciclo de vida (TCO)**.

Conforme demonstrado, as alternativas de **locação, outsourcing de estações de trabalho (HaaS) e comodato** implicam pagamentos recorrentes ao longo de todo o período de uso dos equipamentos, os quais, quando acumulados, superam o custo da aquisição definitiva, sem geração de ativo patrimonial ao final dos contratos.

A aquisição definitiva, por sua vez, concentra o desembolso no momento inicial e o dilui ao longo da vida útil estimada dos equipamentos (48 a 60 meses), com custos adicionais limitados à manutenção residual, uma vez que os bens contam com garantia e suporte técnico, além da estrutura interna da Autarquia. Ademais, ao final do período, os equipamentos permanecem como ativos patrimoniais, ainda que depreciados, reduzindo o custo econômico efetivo da solução.

Dessa forma, a aquisição definitiva apresenta o **menor custo total de propriedade (TCO)** entre as alternativas analisadas, configurando-se como a solução **economicamente mais vantajosa** para a Administração, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

#### 16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente proposta de aquisição de Microcomputadores Desktops e Notebooks, sucintamente, são:

- maior eficácia no atendimento de todas as demandas de equipamentos de TI, objetivando suportar as atividades-fins e atividades-meio da Agência.
- assegurar a continuidade do negócio com eficiência, assegurando recursos de TI de forma racional e profissional.

- atender ao princípio da economicidade, obtendo-se a melhor relação custo-benefício possível de equipamentos de informática à vista dos recursos financeiros e administrativos disponíveis.
- permitir, no tocante aos notebooks, maior eficiência e eficácia na realização das fiscalizações de campo.
- permitir, ainda no tocante aos notebooks, a mobilidade necessária para a realização de atividades que assim requerem, conferindo agilidade, eficiência e trabalho colaborativo pelas equipes.
- disponibilizar, no tocante aos notebooks plus, configurações mais robustas, indispensáveis para atividades que requerem processamento de grandes massas de dados e arquivos de grande porte, solicitadas pelas Diretorias, Superintendências e Gerências da Agência.
- melhor posicionamento e apresentação da imagem da ARSESP perante os concessionários, permissionários e opinião pública, mediante utilização de equipamentos adequados e compatíveis com as atividades da Agência.

## 17. Providências a serem Adotadas

No que se refere aos aspectos técnicos de Tecnologia de Informação, não há providências a serem adotadas previamente à pretendida contratação.

## 18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 18.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade em comento se refere à contratação por meio de procedimento licitatório a ser realizado pela própria ARSESP.

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO DA SILVA**

Analista de Suporte à Regulação



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:38:57.

**CLAUDEMIR ALVES DOS SANTOS**

Gerente de TI



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 11:43:49.

**ALFREDO DE PAULA CRAVEIRO**

Assessor



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:18:55.

10 de 10

**ANEXO II**  
**TERMO DE CONTRATO**

**Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**

(Processo Administrativo nº 133.00000046/2026-33)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 392701-89/2026,  
CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA REGULADORA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
POR INTERMÉDIO DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS E .....

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Gerência de Licitações e Contratos, com sede no(a) R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 05411-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.538.438/0001-53, neste ato representado pelo seu Diretor-presidente, Diego Allan Vieira Domingues, nomeado pelo Decreto Estadual de 25 de março de 2025, publicado no DOE de 25 de março de 2025, no CPF sob o nº 320.328.238-02, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 133.00000046/2026-33 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

<b>1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (<a href="#">art. 92, I e II</a>)</b>
--

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

**1.2.** Objeto da contratação:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microcomputador Desktop (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618577	Unidade	44		
2	Notebook Avançado (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	482463	Unidade	100		
3	Notebook Plus (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618642	Unidade	18		

**1.1.** O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

**1.1.1.** O Termo de Referência;

**1.1.2.** O Edital da Licitação;

**1.1.3.** A Proposta do Contratado; e

**1.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.2.** O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 120 (dias), contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo

aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**2.1.2.** Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

**2.1.2.1.** O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

**2.1.2.2.** O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.1.3.** Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

**3.1.** A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

**5.2.** No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1.** O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1.** Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 20/02/2026.

**7.2.** É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC – FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

**8.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**8.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**8.1.11.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

**8.2.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

**8.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ( art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.1.2.** Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

**9.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

- 9.1.4.** Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.11.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14.** Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no

prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

**9.1.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

**9.1.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

**9.1.17.** Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

**9.1.18.** Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

**9.1.19.** Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**9.1.20.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**9.1.21.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.1.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.2.** Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**9.2.1.** O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

**9.3.** O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

**9.3.1.** agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.3.2.** pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.3.3.** pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.4.** O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**11.2.** Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e



“d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

*a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.*

*(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.*

*(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.*

*(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.*

*(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#))

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para o Contratante;

**e )** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**11.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.1.1.** O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.1.2.** O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.1.3.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.1.3.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

**12.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

**12.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.2.3.** Indenizações e multas.

**12.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**12.4.** Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

**13.2.** Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ( [art. 92, III](#) )**

**14.1.** Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e [disposições regulamentares pertinentes](#), e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**15.4.** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

**15.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ( [art. 92, §1º](#) )**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Diego Allan Vieira Domingues

Diretor-Presidente

**CONTRATADA**

Nome

Cargo

**TESTEMUNHAS**

Nome:

CPF:

Nome

CPF:

**ANEXO III**  
**MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA**

(deverá ser elaborada em papel timbrado e entregue apenas pela vencedora do certame)

**PREGÃO ELETRÔNICO ARSESP Nº 90005/2026**

**OBJETO:** aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microcomputador Desktop (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618577	Unidade	44		

2	Notebook Avançado (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	482463	Unidade	100		
3	Notebook Plus (descritivo constante no tópico 3 "Descrição da solução" deste TR)	618642	Unidade	18		

**DECLARO**, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

**DECLARO** que os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ..... (..... reais)**

Condições Gerais:

a) Local de Entrega das Notas Fiscais: Gerência de Acompanhamento de Processos e Protocolo, **R. Cristiano Viana, 428 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 05411-000.**

Prazo de Execução: O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

Validade da Proposta: 60 dias

b) Seguem os dados da empresa e do(s) representante(s) legal(is) que assinará(ão) o contrato:

Nome: R.G.:

Cargo: CPF:

Profissão:

Nacionalidade:

Estado civil:

Razão Social da Empresa:

Endereço completo:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Telefone: ( ) Fax e e-mail:

Agência Banco do Brasil S/A:

Conta corrente n.:

Data, Nome e Assinatura:

**ANEXO IV**  
**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**  
**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR**

**CONTRATANTE:** Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.438/0001-53.

**CONTRATADA:**

**CONTRATO:** 392701-89/2026



**PROCESSO:** 133.00000046/2026-33

**OBJETO:** aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site

**DATA DA ASSINATURA:** data da última assinatura digital.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

**VALOR: R\$ ()**

No exercício da competência prevista no artigo 28 da Lei Complementar Estadual nº 1.413, de 23/09/2024, em cumprimento ao determinado pelo artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 c/c artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220, de 15/12/2023, designo os empregados públicos, abaixo qualificados, como responsáveis pela gestão e fiscalização da prestação de serviços contratada, observadas as atribuições previstas nos artigos 16, 17 e 18 do Decreto retro citado (ANEXO).

Ademais, solicito que consignem suas assinaturas neste Despacho como formalização de sua ciência à designação predita.

#### **GESTOR DO CONTRATO**

Nome: Jefferson Santos De Oliveira

Cargo: Gerente De Gestão Contratual

Cpf: 360.227.768-21

E-mail: jefferson.oliveira@sp.gov.br

Telefone: (11) 3204-2203

SETOR: Gerência De Gestão Contratual

#### **GESTOR SUBSTITUTO**

Nome: Carlos Alberto Kaysel Aranha

Cargo: Assistente IV

CPF: 526.823.378-56

E-mail: ckaranha@sp.gov.br

Telefone: (11) 3204-2203

Setor: Gerência de Gestão Contratual

#### **FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: Alfredo de Paula Craveiro

Cargo: Assessor

CPF: 086.513.588-65

E-mail: [acraveiro@sp.gov.br](mailto:acraveiro@sp.gov.br)

Telefone: (11) 3204-2014

Setor: Tecnologia da Informação

**FISCAL SUBSTITUTO:**

Nome: Rui Jefferson Neves Santos

Cargo: Analista de Suporte à Regulação

CPF: 081.851.918-59

E-mail: [rjsantos@sp.gov.br](mailto:rjsantos@sp.gov.br)

Telefone: (11)9 9922 1399

Setor: Tecnologia da Informação

São Paulo, na data da última assinatura digital.

**Diego Allan Vieira Domingues**

Diretor Presidente

**ANEXO**

Transcrição dos artigos 2º (incisos III, IV e V), 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15/12/2023

Artigo 2º - Para os fins deste decreto, considera-se:

I - gestão de contrato: atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos;

II - fiscalização técnica: atividade de acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato, incluindo a aferição da quantidade, da qualidade, do tempo e do modo da prestação ou da execução do objeto, em conformidade com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento;

III - fiscalização administrativa: atividade de acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

Artigo 16 - Ao gestor do contrato cabe acompanhar, com auxílio dos fiscais técnicos, administrativos e setoriais, todas as etapas da execução contratual, em especial:

I - analisar:

a) pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) propostas de alteração contratual;

II - receber definitivamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou prestação de serviço;

IV - digitalizar e armazenar documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo;

V - garantir a inserção e manutenção dos dados referentes ao contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

VI - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, com menção ao desempenho do contratado na execução contratual e às penalidades aplicadas;

VII - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VIII - adotar as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, de que trata o artigo 158 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IX - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.

Parágrafo único - As informações de que trata o inciso VI deste artigo serão objeto de anotação em cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Artigo 17 - Aos fiscais técnicos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos técnicos, em especial:

I - sanar dúvidas ou divergências técnicas relacionadas à execução do objeto;

II - registrar, em relatório de vistoria técnica ou em documento pertinente, as ocorrências relevantes e respectivas sugestões de regularização, comunicando-as ao gestor do contrato;

III - realizar, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada;

IV - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da prestação de serviços ou da execução de obras;

V - conferir e atestar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - avaliar os serviços executados;

VII - zelar pela observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução exigíveis para o perfeito cumprimento do objeto;

VIII - emitir pareceres técnicos em pedidos de alterações contratuais;

IX - solicitar a realização de testes, exames e ensaios necessários para realizar controle de qualidade da execução do objeto;

X - receber provisoriamente o objeto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

XI - propor a aplicação de penalidades à contratada;

XII - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) armazenar os documentos relativos a projetos, alvarás, ART's ou RRT's e demais elementos de instrução referentes a projetos arquitetônico e complementares;

b) visar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XIII - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16, deste decreto.

Parágrafo único - A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada mediante aferição, no que couber:

1. de resultados alcançados, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

2. dos recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

3. da qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

4. da adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5. do cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6. da produtividade pactuada e efetivamente realizada para fins de verificação de eventual subdimensionamento e, se identificada a sua caracterização, proposta de adequação contratual.

Artigo 18 - Aos fiscais administrativos do contrato cabe auxiliar o gestor no acompanhamento e fiscalização quanto aos aspectos administrativos, em especial:

I - sanar dúvidas ou divergências administrativas relacionadas à execução do objeto;

II - realizar tarefas de controle de prazos, de acompanhamento de empenhos, pagamentos, garantias e glosas, de formalização de apostilamentos e de termos aditivos;

III - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, inclusive, mediante eventual solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;

IV - registrar, em documento pertinente, as ocorrências relevantes, comunicando-as ao gestor do contrato com propostas de regularização;

V - adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

VI - receber o objeto provisoriamente, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

VII - propor a aplicação de penalidades à contratada;

VIII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

IX - auxiliar o gestor do contrato no desempenho da atribuição de que trata o inciso VI, do artigo 16, deste decreto.

#### **ANEXO VI**

#### **LC-01 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO TCE nº 01/2024, de 24/05/2024 em combinação com o Comunicado GP nº 48/2022, de 29/08/2022)

**CONTRATANTE:** AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 392701-89/2026

**OBJETO:** aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em

conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Diego Allan Vieira Domingues

Cargo: Diretor-Presidente

CPF: 320.328.238-02

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Diego Allan Vieira Domingues

Cargo: Diretor-Presidente

CPF: 320.328.238-02

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Diego Allan Vieira Domingues

Cargo: Diretor-Presidente

CPF: 320.328.238-02

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADORA DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Penha Aparecida Gomes

Cargo: Secretária-Executiva

CPF: 076.254.898-33

**GESTOR DO CONTRATO**

Nome: Jefferson Santos De Oliveira

Cargo: Gerente De Gestão Contratual

Cpf: 360.227.768-21

E-mail: jefferson.oliveira@sp.gov.br

Telefone: (11) 3204-2203

Setor: Gerência De Gestão Contratual

**GESTOR SUBSTITUTO**

Nome: Carlos Alberto Kaysel Aranha

Cargo: Assistente IV

CPF: 526.823.378-56

E-mail: ckaranha@sp.gov.br

Telefone: (11) 3204-2203

Setor: Gerência de Gestão Contratual

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: Alfredo de Paula Craveiro

Cargo: Assessor

CPF: 086.513.588-65

E-mail: acraveiro@sp.gov.br

Telefone: (11) 3204-2014



Setor: Tecnologia da Informação

**FISCAL SUBSTITUTO:**

Nome: Rui Jefferson Neves Santos

Cargo: Analista de Suporte à Regulação

CPF: 081.851.918-59

E-mail: rjnsantos@sp.gov.br

Telefone: (11)9 9922 1399

Setor: Tecnologia da Informação

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Pregoeiro:

Nome: Carlos Alberto Daves Bispo

Cargo: Gerente de Licitações e Contratos

CPF: 350.820.948-23

**Responsável Pela Emissão do Parecer Jurídico**

Procuradoria Geral do Estado

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

**ANEXO VII**

**LC-02 - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP**

**CONTRATANTE:** AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO –ARSESP

**CNPJ Nº:** 02.538.438/0001-53

**CONTRATADA:**

**CNPJ Nº:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** 392701-89/2026

**DATA DA ASSINATURA:** na data da assinatura digital

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

**OBJETO:** aquisição de microcomputadores desktops e notebooks com garantia e suporte técnico on-site.

**VALOR:** R\$ (-)

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Diego Allan Vieira Domingues**  
Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Diego Allan Vieira Domingues, Diretor-Presidente**, em 12/06/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0110430549** e o código CRC **DC59A450**.